

O TRANSPLANTE DO BAOBÁ

VINCENZO BARCA

vincenzo.barca50@gmail.com.

Agradeço muitíssimo ao Francisco Topa por este convite que me concede a honra não apenas de me encontrar com o próprio Luandino, mas também de ouvir os especialistas com que construí a minha formação e com os quais se alimentou a minha paixão pelas literaturas africanas, através dos livros e dos artigos que eles iam publicando e que, numa época em que a Internet ainda não existia, eram as únicas fontes que, morando longe, podíamos ler e discutir. Refiro-me a Salvato Trigo, a Alberto Carvalho, a Fernando Martinho, a Pires Laranjeira e também às duas estudiosas brasileiras, Laura Padilha e Tânia Macedo. Estas figuras, com algumas outras que se foram juntando, constituem para mim uma pequena família com quem partilho um interesse e um carinho e é um grande prazer conhecê-los hoje pessoalmente. O meu primeiro encontro com esta área literária leva-nos até finais dos anos '70, durante um curso de Verão que frequentei em Lisboa e onde tive a grande sorte de encontrar nada mais, nada menos do que Manuel Ferreira. O livro que estudávamos naquela altura era *Quem me dera ser onda* de Manuel Rui, autor que, muitos anos depois, eu próprio cheguei a traduzir.

O título da minha intervenção não tem nada de original: a referência ao transplante (do baobá neste caso específico) é uma das tantas metáforas utilizadas para falar de tradução. Mas acontece, como dizia ontem Ana Maria Martinho, que os objetos e a paisagem da literatura (aqui uma árvore) cheguem a ter uma projeção diferente com a passagem do tempo e com as leituras que se fazem de um texto. E o baobá, na minha imaginação, como, julgo, na de muitos leitores, está ligado a *O Príncipezinho* de Saint-Exupéry, onde a árvore

representa um grande perigo, pelas suas dimensões e pelas suas raízes, e se torna um símbolo de terror. Tão diferente portanto do baobá (ou embondeiro em Angola) que conheci mais tarde nas literaturas africanas, onde, pelo contrário, passou a ser aos meus olhos um símbolo de majestade, à sombra do qual os mais velhos se reúnem para discutir e tomar decisões.

No entanto, ao falar da produção escrita de autores africanos e da sua tradução, convém lembrar que o preconceito europeu em relação à superioridade das culturas escritas em comparação com aquelas em que predominaria a oralidade ainda está muito enraizado. Séculos de estudos orientalistas e, neste caso específico, africanistas não fizeram senão reiterar imagens transmitidas ao Ocidente desde a antiguidade e a Idade Média. Posso testemunhar que, há apenas 15 anos, antes desse êxodo das terras africanas que transformou o Mediterrâneo no maior cemitério a céu aberto, provocava uma certa estranheza ao público italiano descobrir que existiam literaturas vindas dos países africanos e que, afinal de contas, os africanos escreviam. Este preconceito vem de muito longe, pois interessava até às próprias línguas faladas pelas populações autóctones à medida que os Europeus as «descobriam» e «civilizavam». Assim, numa intervenção da autoria de Caetano Xavier, Secretário do Governo Provincial de Moçambique (escrita em 1758), podemos ler: «Não há palavras, nas línguas autóctones que traduzam a ideia de amor», observação que remete aos comentários mais famosos de Pero de Magalhães de Gândavo, o qual, na sua *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, escreve (1576):

A língua deste gentio... carece de três letras; não se acha nela nem F nem L nem R, cousa digna d'espanto porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente.

Esta contínua oposição «escrita vs. Oralidade» que perdura e resiste seja por parte da crítica ocidental, seja, muitas vezes, também por parte dos escritores africanos, não faz senão perpetuar uma linha de demarcação tão nítida quanto perigosa na avaliação de uma obra literária, salientando um elemento discriminatório (a penetração da oralidade que marcaria o discurso escrito do homem africano) que, julgo, não promove uma apreciação equilibrada de cada obra enquanto pertencente de pleno direito ao *corpus* da literatura universal. Esta suposta «especificidade africana» viu-se reforçada, sobretudo na África lusófona, por elementos de natureza retórica e estilística próprios da literatura engajada dos anos '60.

Naquela época o narrador (e o poeta ainda mais) abdicava de certa forma da sua individualidade para falar em nome de todo o seu povo. Esse investimento coletivo, de uma voz que se torna coro, constituiu muitas vezes o «selo de africanidade» de cada produção literária africana, a marca de uma «denominação de origem protegida» outorgada pela crítica num paradoxal pacto de cumplicidade com os próprios escritores africanos. Não é por

acaso (e isso não se verifica apenas na África de língua portuguesa) que, durante décadas, se tem alimentado o debate sobre qual *deveria* ser a língua utilizada pelos escritores africanos, debate importado da Europa e que teve na África as respostas mais variadas. Só a partir dos últimos anos é que o escritor parece descartar-se deste «dever de africanidade», tomando uma atitude mais livre, quer seja em relação aos temas tratados quer seja aos usos da língua. Exemplos me parecem os casos dos angolanos Ondjaki e Manuel Rui, dois autores que traduzi para italiano. O primeiro transita com soltura da atmosfera onírica de um romance como *O Assobiador* em que a África de facto não está, a não ser através de escassas referências naturalísticas (o baobá, neste caso), espalhadas numa paisagem cheia de sincretismos pós-coloniais (a igreja católica coexistindo por exemplo com um bizarro culto tributado aos burros), para um romance como *Quantas madrugadas tem a noite* cujo pano de fundo é uma Luanda super-viva e moderna, cheia de engarrafamentos e de cheiros, na qual os protagonistas falam um português de registo baixo, por vezes hermético, mas com erros de hipercorreção e cultismos irónicos. No caso das mais recentes obras de Manuel Rui, o português de Luanda está a distanciar-se definitivamente do europeu, embora não fique bem claro se esta linguagem é a transcrição de uma fala coletiva ou, pelo contrário, se deve à responsabilidade artística do próprio Autor, que dá sua voz a uma série de personagens caracterizadas por um idioleto peculiar.

O que acontece é que os problemas de tradução são muito diferentes se nos referirmos às obras que marcam o começo da produção narrativa em português nas antigas colónias (e depois províncias ultramarinas) e nas obras mais recentes. Nas primeiras – e penso em particular na obra de Luandino em Angola e, em Moçambique, nos poetas José Craveirinha e Noémia de Sousa –, existe entre o português utilizado pelo autor africano e o português «metropolitano» uma divergência por assim dizer «política» ou politicamente incorreta.

O que acontece em 1965 – a atribuição do Prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores a Luandino juntamente com a reacção violenta do regime salazarista, episódio que se pode inscrever na guerra de resistência do povo angolano – demonstra de maneira inequívoca que não tinham sido os conteúdos das histórias de *Luuanda* em si – aliás muito «domésticas» e sem qualquer elemento explicitamente subversivo – a desencadear por parte do regime aquela raivosa reacção repressiva, mas sim, para além da própria biografia do Autor, a língua usada por Luandino que subvertia as normas do português e que, através de amplas imissões de quimbundo, «alienava» ou «estrangeirava» a língua, tornando-a irreconhecível para quem julgava ser o seu legítimo proprietário. O próprio nome da capital do País – grafado com aquelas duas vogais impossíveis no português-padrão e que recordavam a pronúncia do quimbundo – era vivido como uma expropriação e uma afronta.

Na tradução para uma língua terceira (se assumirmos já como diferentes o português normativo e o de Luandino), é muito difícil tornar evidente esta divergência tão significativa para um leitor que tenha o português como língua materna.

Nas traduções para italiano (tal como aconteceu com as francesas que li), sempre se manteve o quimbundo, assim como o changane ou o ronga usados por alguns autores moçambicanos, para realçar o contraponto do bilinguismo – falso aliás, porque, sobretudo antes das Independências, era muito baixo o número dos alfabetizados, e a maioria dos africanos das antigas colónias exprimia-se unicamente nas suas línguas maternas, recorrendo ao português só nos casos obrigatórios de contacto com a Administração, um português aliás muito pobre e com fins essencialmente de comunicação.

Isto fez com que as traduções, apesar de terem tido o mérito de apresentar ao mundo os horrores do regime colonial (penso por exemplo nos poemas de Agostinho Neto, publicados em primeira edição mundial na Itália em 1963 por uma intelectual militante como Joyce Lussu ou nas duas antologias consagradas no mesmo período a José Craveirinha), fossem acompanhadas por um notável aparelho de notas, prefácios, posfácios, visando apresentar ao leitor a complexa problemática que estava por detrás daquela/s língua/s e para o aproximar a ele, leitor, do contexto histórico e político em que aquela divergência linguística se tornava tão «marcante» e carregada de sentido. Sobretudo no caso de Luandino, este trabalho com e sobre a língua torna-se uma verdadeira forma de resistência na maneira como consegue explorar toda a plasticidade do português, já experimentada com resultados surpreendentes no Brasil por Guimarães Rosa, nome com o qual o de Luandino é frequentemente relacionado. É precisamente no modelo brasileiro que muitos escritores se inspiram, principalmente em Angola e em Cabo Verde, para afirmar, por vezes de forma até chocante, o seu direito de usar a língua não como sistema dado e intocável, mas, pelo contrário, enredada / mergulhada na realidade de cada povo, misturada com as línguas africanas subjacentes para remodelá-la e torná-la própria. Senti-la como a sua própria língua sobretudo porque um dos grandes conflitos dos países depois da colonização foi exatamente o de ter de usar, por uma escolha quase forçada, a língua do colonizador. «O português é nosso troféu de guerra», diz Luandino, «ensinamos a ler e a escrever em português a muitos mais angolanos do que fizeram os portugueses nos cinco séculos em que infelizmente nos dominaram». E nessa declaração reside a orgulhosa reivindicação de uma língua que, arrancada da boca do opressor, se torna língua do povo.

Eu próprio, já no começo da minha *love story* com Luandino, arrisquei a tradução dos contos (ou, melhor dito, «estórias») de *No antigamente, na vida*. De uma dessas estórias, «Estória d'água gorda», que é a que prefiro por ocultas razões, fiz não sei quantas versões que nunca me satisfizeram. De vez em quando volto àquele texto, mudo uma palavra, a ordem de uma frase, leio três linhas que me encorajam, até me parece um bom trabalho, mas no fim há sempre algo que não me convence e volto a encerrar o ficheiro até uma próxima vez.

Falando das minhas traduções de Luandino não posso esquecer, ainda nos tempos em que não havia Internet, as minhas pesquisas por seminários e universidades católicas romanas em busca de estudantes angolanos que me pudessem ajudar a orientar-me na

selva do quimbundo ou de algumas expressões populares. Até que um dia fui à Embaixada de Angola em Roma (acho que naquele período o embaixador era o poeta Antero de Abreu). Falei com alguns adidos, expliquei-lhes quais eram os meus problemas de ordem linguística, eles olharam-me, claro, como um marciano ou como alguém que não regulava bem da cabeça e, no fim, responderam-me que nenhum deles falava quimbundo mas que, por acaso, o condutor do embaixador talvez me pudesse ajudar. Chamaram o homem, que se sentou à minha frente um pouco constrangido (os funcionários tinham ficado ao lado) e ouviu todas as minhas perguntas. E vi que ele não sabia de facto o que responder e o seu constrangimento ia aumentando cada vez mais, enquanto os tolos dos funcionários não paravam de rir à custa dele. Dei-me conta então de que tudo aquilo que eu estava a perguntar de caneta em riste era uma série de palavrões ou de expressões vulgares, de maneira que me contentei quando me respondeu ao essencial poupando o coitado do embaraço de entrar em pormenores.

Outro sério problema enfrentado pelo tradutor é o de discriminar num texto o que é pura invenção do Autor do que, pelo contrário, constitui um traço novo da que, com razão, é chamada «variante angolana ou moçambicana do português em formação». Muitos dos fenómenos linguísticos que, por exemplo, no português de Moçambique estão a padronizar-se (em particular a passagem de verbos transitivos para intransitivos com a consequência de o objeto direto se tornar indireto) não podem de facto ser tratados como se fossem «erros» ou particularidades estilísticas de cada autor, sendo tão difundidos na língua falada ao ponto de terem passado por direito para a língua escrita. Alguns destes fenómenos já são irreversíveis, como aconteceu com o português do Brasil.

E muitas vezes, quer seja com autores angolanos, quer seja com moçambicanos, o tradutor não tem outro recurso senão conversar diretamente com o Autor do texto, o único que pode explicar a natureza daqueles desvios da língua-padrão.

Neste sentido é muito interessante constatar que só nas antigas colónias portuguesas é que as questões linguísticas têm adquirido esta posição determinante ao ponto de falarmos de «variantes em formação». O mesmo fenómeno não se deu nas áreas anglófonas nem nas francófonas da África. Claro que, também nestas áreas, o inglês e o francês, sobretudo nas produções literárias, sofrem alterações e mudanças ao encontrarem-se com as línguas africanas, mas a língua-padrão inquestionável é o inglês britânico ou o francês de Paris. Um dos motivos que talvez possam explicar esta situação peculiar na África lusófona é a escassez de investimentos realizados pelos portugueses no setor da educação e da alfabetização; uma situação portanto em que não foi possível a difusão de um português-padrão. Outro elemento específico tem a ver com a longa guerra de libertação que estes países tiveram de enfrentar para chegarem à Independência: paradoxalmente foi exatamente nos anos da guerra que aconteceu a unificação linguística de populações que falavam idiomas diferentes e essa unificação deu-se, como muitas vezes o próprio Luandino realçou, graças ao esforço dos próprios africanos. Um elemento posterior é dado pela par-

tida em massa dos colonos portugueses depois das declarações de Independência, desde Angola e sobretudo desde Moçambique, onde hoje a população de origem europeia não ultrapassa 1% da população total. A partir do momento em que veio a falhar quase totalmente a exposição dos falantes ao português europeu, a produção linguística não teve modelos certos e o português, aprendido em todo o caso como segunda língua, sofreu muito mais a interferência das línguas africanas subjacentes.

Mas afinal o que me parece importante é que, embora de forma descontínua, as editoras italianas parecem estar a abrir-se cada vez mais às literaturas africanas e, no que nos diz respeito, ao segmento das literaturas escritas em português.

Assim, continuemos a ler, continuemos a traduzir, transplantemos, por vezes com esforço, outros baobás.